ATA DA REUNIÃO PRESENCIAL/ POR VIDEOCONFERÊNCIA CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES DE FINANÇAS, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA; DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESPORTE, LAZER E TURISMO; E DE VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS, AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE, REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, NO DIA DEZOITO DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE QUATRO. (18-03-2024).

Ao décimo oitavo dia do mês de março de dois mil e vinte e quatro, segunda-feira, às nove horas e quinze minutos, foi realizada a reunião presencial/ por videoconferência Conjunta das Comissões Permanentes de Finanças, Legislação e Justiça; de Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte, Lazer e Turismo; de Viação, Obras Públicas, Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente. **Participaram da reunião:** os vereadores: Manoel Douglas Soares de Oliveira, Ricardo Miranda Thomaz, José Antunes Vieira, José Sales de Souza, Fernando Sampaio de Castro, Adimar José Cota, Ronaldo Alves Bento e a vereadora Sônia Maria Loth Marton Azzi. **Registraram Presença:** Dr. Corjesu Quirino, Procurador da Câmara Municipal de Mariana; Dr. Leonardo Aureliano Monteiro de Andrade, Procurador Geral do Município de Mariana; Maria Marta Guido de Lima, Secretária Municipal de Segurança Pública; Charles Borges de Melo, Diretor do Demutran; Rosângela Galvão De Moura, Subsecretaria de Gestão e Estratégia; Guilherme Schulz, Gerente de Relações Institucionais Transcotta LTDA; Israel Quirino, Assessor Jurídico da Vereadora Sônia Azzi; Germano Zanforlin Araújo, Secretário Municipal de Planejamento, Suprimentos e Transparência; **ABERTURA:** "Em nome de Deus e do Povo Marianense, havendo número regimental", o Vereador Manoel Douglas iniciou os trabalhos cumprimentando a todos, consultou os Vereadores sobre a aprovação da ata da última reunião, que foi aprovada sem ressalvas, ato contínuo, solicitou ao secretário a leitura das correspondências. Colocou o projeto para emissão de pareceres: **Projeto de Lei nº 24/2024** (autoria da Vereadora Sônia Azzi e Vereador Ricardo Miranda): "Regulamenta a implementação de ônibus exclusivos para mulheres no Município Mariana MG e estabelece medidas de prevenção ao assédio e proteção às passageiras no transporte coletivo municipal". Este projeto tem como parecer contábil deixado a cargo do Jurídico da Casa, e por existir diversas dúvidas, foram convocados os membros do Executivo. Com a palavra, o Vereador Fernando Sampaio questionou se é possível aplicar este projeto no Município sem que gere custos adicionais e se é possível aplicar esta Lei com os ônibus que estão em rota? Ou seria necessário aumentar a frota? Relata que não há problema em relação à Transcotta LTDA por ser uma empresa demandada. Com a palavra, o Sr. Charles Borges disse que é possível aplicar esta Lei, mas é necessário a confecção de um estudo de impactos dentro do Programa Tarifa Zero, além de criar todo o processo operacional em conjunto à empresa, além da necessidade de aumentar a frota. Em réplica, o Vereador Fernando Sampaio afirmou "então esse projeto gera custo, vai ter que aumentar a frota", sendo assim, "o Município hoje tem condições de arcar com os ônibus a mais? Seriam necessários quantos ônibus?". Em resposta, o Sr. Charles Borges relatou que como dito na audiência pública, esse contrato já recebeu diversos aditivos, sendo necessário que a Secretária de Administração realize um estudo para averiguar essa possibilidade e ao segundo questionamento é necessário fazer um estudo junto a empresa para averiguar a demanda. Em resumo, o Vereador Fernando Sampaio afirmou sobre a necessidade

de se fazer um estudo, para avaliar se este projeto irá gerar custos ao Município e se gerar este custo, verificar se a Cidade poderia arcar. Com a palavra, o Vereador Manoel Douglas questionou se "houvesse somente a reorganização e mantendo o mesmo número de ônibus" será possível aplicar este projeto? Em resposta, o Sr. Charles Borges relata que hoje a catraca não faz a contagem por sexo, somente o total de utilitário diariamente e somente após essa contagem poderão haveriguar a necessidade dentro dos horários específicos, além das outras necessidades para a aplicabilidade desta lei. Com a palavra, o Sr. Guilherme Schulz relata que a intenção do projeto é excelente, mas avaliando a questão operacional, não será algo fácil de se implantar, demandará uma análise profunda dos impactos devido a segregação populacional, além da demanda Municipal já ser alta e principalmente por não saberem qual a parcela da população irá utilizar deste novo modelo, sendo então necessário a efetivação de vários estudos focados para realizar essa demanda e ressaltou a importância se fazer um processo educativo, de fiscalização e conscientização, será "a maior protetora das mulheres neste momento com relação a este projeto". Com a palavra, a Vereadora Sônia Azzi disse que durante a audiência pública referente ao Tarifa Zero, foi procurada por algumas mulheres que relataram terem sofrido assédio sexual dentro dos ônibus e por isso criou esse projeto. Ressaltou a dificuldade de conseguir a aprovação em seus projetos, mesmo com os pareceres favoráveis, e "infelizmente, mais uma vez as mulheres estão sendo podadas, por não conseguirem este direito" e esclareceu que o projeto visa utilizar da frota existente. O Vereador Fernando Sampaio complementa que a assessoria contábil da Casa não passou seu parecer, simplesmente o remeteu ao Jurídico, seguidamente, de forma a se ter esclarecimento, o Vereador Ricardo Miranda fez a leitura do parecer, confirmando que sua análise partirá do "corpo jurídico da Casa", reforçando que é o que está sendo feito neste momento. Com a palavra, o Vereador Manoel Douglas reforça que "projetos bons são complexos para serem aplicados, você mexe em uma estrutura muito maior, não é simplesmente colocar o nome em uma praça, em uma rua", logo, cada projeto é tratado de maneira diferente, desta forma, deve-se verificar todos os impactos que podem gerar. Além de complementar que a Secretaria de Segurança Pública deve averiguar estas denúncias, pois, se algo assim está ocorrendo dentro dos ônibus, medidas devem ser tomadas de maneira imediata. Com a palavra, o Vereador José Antunes concorda que para dar seguimento neste projeto, deve-se haver a avaliação de impacto, pois além da sede, muitos distritos vão querer aderir a este projeto. Com a palavra, o Dr. Israel Quirino relata que o Tarifa Zero foi um projeto que era considerado impossível de ser aplicado, e hoje está funcionando, o intuito do Projeto da Vereadora é trazer segurança às mulheres que fazem uso do transporte público, "vamos dar dignidade e segurança a estas pessoas também", não sendo necessário qualquer mudança física nos ônibus somente um aviso, como foi feito no próprio Tarifa Zero, sendo isto, somente uma questão de logística, fazendo com este sistema de transporte seja eficiente, gratuito e seguro. Com a palavra, o Vereador Fernando Sampaio reforçou que após o Tarifa Zero não existem mais ônibus distritais que andam vazios, pois este programa "aproximou o homem do campo para a cidade", além de tudo, as questões de assédio devem ser trabalhadas nos mais diversos setores, dado que, o que estão analisando é a viabilidade financeira para o projeto. Com a palavra, a Sra. Rosangela Galvão relata que este Projeto de Lei já vem sendo discutido internamente e demonstrou a necessidade de se fazer um estudo mais aprofundado, além de se buscarem medidas para reduzir os possíveis impactos. Com a palavra, o Dr. Corjesu Quirino reafirma que em conversa com a assessoria contábil, demonstrou que este projeto não mostra nenhum tipo de despesa que será criada para o Município, todo este processo se torna uma questão administrativa e política, ao exemplo do Tarifa Zero, que não ditava diversas coisas que aconteceram em sua implantação,

sendo assim, nós interpretamos a Lei, que neste caso está somente a segregação, não há nada que gere custo neste projeto, tornando-o legal, constitucional e sem obes para ser implantado, basta a questão regulamentadora, "nós pelo jurídico não podemos retirá-lo de pauta". Com a palavra, o Sr. Guilherme Schulz relata que o processo deve ser bem construído desde sua concepção, "como nós vamos entregar isto para as usuárias". Com a palavra, o Vereador Ronaldo Bento disse manter a mesma linha de pensando, desde que o projeto não gera despesa, ele deve ser colocado em pauta para apreciação na Reunião Ordinária, como também, tem de se pensar em outros grupos, como por exemplo, os LGBTQIA+, os idosos, dentre outros. Com a palavra, o Sr. Charles Borges declarou que este projeto, a priori, existindo a possibilidade de atendimento, ele não gera custo, porém, a partir do momento que houver o aumento de rotas, ele passará a gerar, tem-se que outro projetos, como o de botão do pânico, é um projeto mais prático e aplicável, auxiliando para que haja a punição para aquele infrator da lei. Com a palavra, o Vereador Juliano Vasconcelos disse ver com bons olhos este projeto e reforçou a necessidade de fiscalização por parte da Guarda Municipal, já com relação ao custo, declarou que no ano anterior, o Tarifa Zero representou dois vírgula sessenta e nove por cento do orçamento anual do Executivo e com base no ano orçamento de dois mil e vinte e quatro, esse valor ficará abaixo de dois por cento, tornando possível viabilizar este processo, além de que atualmente, a quantidade de ônibus não atende a população. Pela ordem, a Vereadora Sônia Azzi solicitou que seu projeto fosse colocado em votação. Em contrapartida, o Vereador Manoel Douglas declara que ficou acordado que para colocar este projeto em pauta, será necessário a apresentação do estudo por parte do Executivo, de forma a averiguar que ele não irá gerar custos ao Município, sendo assim, não será colocado em pauta. Com a palavra, o Dr. Israel Quirino solicitou que deixasse registrado, "a unanimidade aqui disseram que há uma demanda reprimida no transporte coletivo, todos que usaram da palavra aqui, disseram que os ônibus estão cheios, então podemos concluir que há uma necessidade urgente de inserir novos ônibus no processo, essa realidade existe sem a aplicação deste projeto, desta forma, nos estudos que forem apresentados, consideram que o sistema de transporte está extrapolado, não foi eu que disse isso não, está registrado na casa, então não é o projeto da Dona Sônia que irá extrapolar o sistema", sendo assim, o parecer dado pela assessoria contábil está correto, "a segregação não impacta o sistema", logo, a necessidade do acréscimo já existe. O Vereador Manoel Douglas solicitou que fosse encaminhado para o Demutran, Transcotta LTDA e Secretaria de Administração e demais responsáveis, que realizassem um estudo para averiguar se o **Projeto de Lei Nº 24/2024** da Vereadora Sônia Azzi poderia ser aplicado sem a geração de custo. O projeto foi retirado de pauta. Com a palavra, o Sr. Guilherme Schulz disse não saber precisar a o prazo que será necessário para se fazer este estudo, mas que irá pesquisar se este projeto já existe em outras cidades e como é aplicado, e reforçou que o orçamento não é problema para a empresa, pois caso for contratado mais " quatro ou cinco ônibus nós iremos executar". O Vereador Manoel Douglas assumiu o compromisso de fornecer auxílio com sua assessoria jurídica e reforça que todas "as vezes que barramos projetos é porque o regimento interno não permite que eles corram dentro desta Casa". Seguindo para o próximo tópico da reunião, o Vereador Manoel Douglas solicitou do Vereador Ronaldo Bento que explique a temática a ser conduzida, dado que este projeto já havia passado pela comissão e dado o parecer, e o porquê dele ter voltado para a Comissão. Com a palavra, o Vereador Ronaldo Bento relata que "este projeto voltou para comissão com o voto favorável do Edil para ser discutido na Comissão, este é o direito de veto e resolução de dúvida do Vereador". O Vereador Manoel Douglas relata que seu voto foi decidido naquele momento, mas discorda da necessidade de haver outra discussão sobre o tema, dado que os pareceres já estavam dados. O

Vereador Ronaldo Bento disse que não foi sua decisão trazer este tema para esta reunião, "pois eu poderia trazer para as que eu presido, mas se o Sr. quer cercear o direito do Vereador, é sua decisão, pois meus questionamentos são direcionados ao Secretário e não a Comissão, meu entendimento, este processo da dúbia interpretação, mas se eu tenho que passar isso pro Sr. para que seja analisado ou não, não cabe ao Sr. ". Com a palavra, o Vereador Manoel Douglas " Vereador Ronaldo te peço desculpas se me pronuncie de forma errada, não temos a intenção de cercear, só não entendi, dado que o projeto já foi tramitado e bem discutido por várias vezes dentro do Plenário, nós só queremos entender as dúvidas, mas se eu me equivoquei na forma de falar, se tem as dúvidas e trouxer para o plenário será ouvido, até por isso passei a palavra para Vossa Excelência ficar a vontade para questionar", Com a palavra, o Vereador Ronaldo Bento disse "diante da fala de Vossa Excelência eu vou fazer o seguinte, eu retiro as minhas considerações que iria fazer ao Secretário e assim, por minha parte, está dispensado, agradeço a todos e um bom dia". Com a palavra, o Vereador Juliano Vasconcelos disse que este projeto já havia sido amplamente discutido e ido ao plenário e a pedido do Vereador ele retornou à Comissão, logo, acredita que essa reunião nem deveria acontecer. **Palavra Livre: ENCERRAMENTO**: Não havendo mais a tratar, "em nome de Deus e do povo Marianense," o Vereador Manoel Douglas agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às onze horas e treze minutos. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada.